

JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°025/2007-GAB/PMA, de 06 de dezembro de 2007

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE AFUÁ, EXCELENTÍSSIMO SENHORES VEREADORES DA CAMARA MUNICIPAL DE AFUÁ,

O projeto de Lei Complementar n°025/2007-GAB/PMA, de 06 de dezembro de 2007, que ora encaminho a essa Casa Legislativa, trata da revisão da remuneração e subsídio dos servidores públicos da Administração Direta Autárquica e fundacional do Poder Executivo do Município de Afuá.

Por meio da referida Norma Jurídica, este Governante pretende garantir a revisão , sem fazer distinção entre os servidores pertencentes ao quadro de pessoal desta municipalidade, observando as disposições contidas no artigo 37, inciso X da Constituição Federal.

A iniciativa deste Projeto de Lei complementar, faz parte das Ações que integram o Plano de Governo do atual Prefeito, cujo meta é promover a valorização do Servidor Público Municipal.

Não é demais ressaltar, que para este Governante, promover a valorização do Servidor Público é um meio de promover atingir o desenvolvimento do Município de Afuá, uma vez que direta e indiretamente o servidor municipal contribui para o desenvolvimento da economia deste município.

ODIMAR WANDERLEY SALOMÃO
Prefeito do Município de Afuá

Recebi o Original



Projeto de Lei-Complementar n°025/2007-GAB/PMA, de 06 de dezembro de 2007.

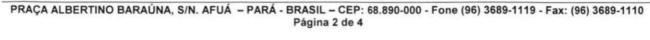
Roldão de Almeida Lobato
Presidente

Dispõe sobre a Revisão das Remunerações e Subsídios dos Servidores Públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Afuá, dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Afuá, faz saber que a Câmara do municipal de Afuá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1°. Esta Lei dispõe sobre a revisão dos vencimentos e subsídios dos servidores públicos do Poder Executivo da administração direta, autárquica, fundacional do Município de Afuá.
- Art. 2°. As remunerações e os subsídios dos servidores públicos municipais do poder executivo da administração direta, autárquica e fundacional do Município de Afuá, somente poderão ser fixados ou alterados mediante Lei específica, extensivos aos proventos da inatividade e pensões.
- Art. 3°. A remuneração e o subsídio dos servidores públicos municipais do Poder Executivo da administração direta, autárquica e fundacional do Município de Afuá, pensões ou outra espécie remuneratória, percebida cumulativamente ou não, incluída as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, não poderão exceder o subsídio mensal do Prefeito.
- Art. 4°. Os secretários municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória.
- Art. 5°. O vencimento básico de um cargo efetivo do poder Executivo da administração direta, autárquica e fundacional do município de Afuá, não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente.
- Art. 6°. Os ajustes das tabelas de vencimentos, necessários a atender o disposto do artigo anterior, não servirão de base de cálculo para o aumento dos servidores públicos do poder executivo do Município de Afuá.
- Art. 7°. Fica autorizado o Prefeito à ajustar as tabelas de vencimentos, para atender o disposto do artigo 5° da presente Lei.
- Art. 8°. A revisão de que trata o artigo 2° poderá ocorrer somente quando atender as seguintes condições:

I - autorização na Lei de diretrizes orçamentárias;





- II definição do índice em Lei específica;
- III previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;
- IV comprovação de disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo municipal, preservado os compromissos relativos a investimento e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;
- V compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho: e
- VI atendimento aos limites para a despesa de pessoal de que tratam o artigo 169 da Constituição Federal. 19 e 20 de la complementa 101/2000.
- Art. 9°. Serão deduzidos da revisão os percentuais concedidos no exercício anterior, decorrentes de reajustamento de vencimento, reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras; criação e majoração de gratificações e adicionais de todas as naturezas e espécies, adiantamento ou qualquer outra vantagem inerente aos cargos efetivos ou empregos públicos do Poder Executivo do Município de Afuá.
- Art. 10. Os índices aplicados na revisão das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais da administração direta, autárquica e fundacional poderá ser distribuído mensalmente em parcelas mensais, não podendo exceder o exercício atual.
- Art. 11. Os índices de reajuste aplicados, de que trata o artigo 2º, incorporarão ao vencimento básico do servidor.
- Art. 12. O Poder Executivo Municipal instituirá o Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Afuá, por meio de Lei, And Posto Wallow & 180 des (2)
- Art.13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga-se as disposições em contrário.

Afuá-PA, 06 de dezembro de 2007

ODIMAR WANDERLEY SALOMÃO
Prefeito do Município de Afuá

Recebi o Origina